SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

BASSI, Camila Ychikawa¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar os desafios existentes para a consolidação do Estado Democrático de Direito no contexto da segurança pública. Consideramos que a manutenção de práticas abusivas pelos órgãos de segurança pública, a utilização de mecanismos de controle social, a seletividade e a negação de direitos a determinados segmentos sociais - práticas que encontram raízes no quadro mais abrangente da realidade sócio-cultural brasileira - acarretam impactos negativos na consolidação do Estado democrático de Direito e, portanto, na efetivação dos direitos humanos, uma vez que parcela da sociedade passa a ser excluída da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Pública; Estado Democrático; Polícia; Direitos Humanos

Introdução

Num discurso geral sobre os direitos do homem, deve-se ter em vista a preocupação inicial de manter a distinção entre teoria e prática, ou melhor, deve-se ter em mente, antes de mais nada, que teoria e prática percorrem duas estradas diversas e a velocidades muito desiguais. Quero dizer que nestes últimos anos, falou-se e continua a se falar em direitos do homem [...] muito mais do que se conseguiu fazer até agora para que eles sejam reconhecidos e protegidos efetivamente (BOBBIO, 1992, p. 67).

O processo de redemocratização no Brasil, iniciado na década de 1980, permitiu a promulgação de uma nova ordem institucional, estabelecida com a elaboração da Constituição Federal de 1988. O novo Código, marco jurídico dessa nova ordem, além de instaurar um regime democrático no país, após um longo período de regime militar ditatorial, também introduziu consideráveis avanços no reconhecimento dos direitos humanos (PIOVESAN, 1997).

¹ Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília.

Não obstante o reconhecimento formal desses direitos, muitos questionamentos passaram a ser levantados acerca de sua real implementação e efetivação. Nesse debate, podemos colocar como questão de grande relevância, os desafios existentes para a consolidação do Estado Democrático no contexto da segurança pública, uma vez que a despeito da diminuição da violência praticada pelos órgãos de segurança pública com a transição para o regime democrático, ainda persistem, muitas vezes, práticas que violam os direitos individuais dos cidadãos. Quando resquícios de práticas autoritárias do regime anterior ainda se mostram presentes, em um quadro mais abrangente da realidade sócio-cultural brasileira, o papel de proteção da cidadania destes órgãos acaba sendo prejudicado, acarretando perdas significativas em sua legitimidade.

Apesar da alegada indivisibilidade dos direitos humanos, ou seja, a acepção jurídica de que todos os direitos humanos devem ser protegidos igualmente, como uma unidade incindível, deve ser ressaltada a disparidade na proteção dos diversos direitos na sociedade brasileira, em que os direitos de proteção mais básicos, como o direito à vida, à integridade física, passam a ter um maior destaque² em um contexto de incremento da violência e da criminalidade.

A distância entre o discurso e a prática demonstra o longo caminho existente para a consolidação de uma cidadania plena, sendo que por trás do discurso teórico da universalidade dos direitos humanos, observa-se que sua internalização se mostra condicionada aos valores e à percepção que uma sociedade tem dos mesmos e da leitura específica que a mesma faz. A naturalização da desigualdade e o tratamento diferenciado aos diversos segmentos que constituem a sociedade civil demonstram, no campo da segurança pública, os obstáculos existentes para assegurar a cidadania não apenas no que tange aos direitos civis, mas no sentido mais abrangente colocado por Hanna Arendt na idéia de “cidadania como direito a ter direitos”, a qual se encontra associada à concepção de dignidade humana.

Em meio aos debates acerca dos direitos humanos no contexto da segurança pública, temos por intuito evidenciar a necessidade de adequação das políticas públicas de segurança ao quadro institucional estabelecido com a transição ao regime democrático, a fim de que

² No Brasil assim como na América Latina, ocorreu uma inversão do esquema tradicional dos direitos. Os direitos sociais são mais legitimados em nossa região do que os direitos civis. Desse modo, nesses países há evidente discriminação e opressão pela própria lei; impunidade dos ricos; não acesso à justiça; não equidade; informalidade e existência de sistemas de poder subnacionais (O'DONNELL, 1999 apud SOUZA, 2003).

sejam contidas as práticas abusivas no controle da criminalidade e os mecanismos de seletividade que tendem a criminalizar determinados segmentos sociais.

O Estado Democrático de Direito e o papel dos órgãos de segurança pública

Com o início do processo de redemocratização no Brasil, os órgãos de segurança pública, particularmente as polícias, passaram a ser vistos, paulatinamente, como importantes instrumentos do Estado Democrático de Direito, diante de um contexto de relevante incremento dos índices de violência e de criminalidade e da necessidade de implementação de políticas públicas eficazes.

Na Constituição Federal de 1988, foram estabelecidas as normas básicas para a formulação e a implementação de políticas de segurança pública, sendo que a principal inovação trazida pela mesma foi a diferenciação entre as funções de segurança pública, atribuídas prioritariamente a forças policiais e guardas municipais, e as funções de defesa nacional, atribuídas prioritariamente às Forças Armadas. Particularmente, o artigo 144 da Constituição versa sobre o conceito de segurança pública, delimitando também as funções de cada uma das forças policiais — polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis e polícias militares — que integram o sistema de segurança pública (NETO, 1997).

Ressalta-se também, como coloca Neto (1997), a criação de mecanismos democráticos de controle da violência policial, que se mostram apoiados em estratégias de controle, como a adoção de políticas democráticas de segurança pública, o fortalecimento das secretarias de Segurança Pública e das corregedorias de polícia e do controle das polícias pelo Ministério Público, pelo Judiciário e pelo Legislativo, por intermédio de comissões legislativas de direitos humanos. Tais estratégias de controle da violência são fundamentais para a consolidação do Estado de Direito e de regimes democráticos.

Embora muitas modificações significativas tenham ocorrido com o processo de democratização, ainda permanecem muitas ambigüidades no que respeita a atuação dos órgãos de segurança pública:

Durante muito tempo a relação das polícias com a democracia tem sido ambígua, marcada pelo impasse entre a defesa da ordem e a defesa dos direitos dos cidadãos. Nestes termos, as polícias são consideradas fundamentais para o funcionamento das sociedades contemporâneas, protegendo os cidadãos e garantindo-lhes o pleno uso de seus direitos; por outro lado, tende a enfatizar suas características autoritárias, por meio das

graves violações dos direitos humanos, o que em países como o Brasil, se traduziu no uso indiscriminado da violência contra a população (NEVES, 2005 apud SANTOS, 2007, p. 119).

De acordo com PAIXÃO & BEATO (1997), foi no ideal de “ordem sob a lei”, que ocorreu a resolução do problema representado pelo uso instrumental da violência nas interações sociais. Com o monopólio do uso legítimo dos meios de violência concentrados no estado e em suas instituições, a ordem jurídica expropria dos indivíduos o recurso à violência e realiza a proteção pública e estatal dos cidadãos contra os custos externos correspondentes à ameaça criminosa.

No ideal de “ordem sob a lei”, além do controle social coercitivo das minorias desobedientes, ocorre o controle do uso arbitrário de poder pelos agentes do estado, ou seja, a restrição do uso de poder pelo policial na produção da ordem, dada a ameaça que o mesmo representa ao pleno exercício das liberdades negativas dos cidadãos. Essa restrição legal do arbítrio policial no uso da violência é que distingue o estado democrático do estado autoritário, também conhecido por estado policial devido ao elevado grau de liberdade das agências de repressão. Nesse sentido, a Constituição de 1988 representa esforço no sentido de regulamentar a proteção dos direitos e liberdades individuais frente às ameaças representadas pela força e poder das instituições do estado e a proteção da vida e da propriedade dos cidadãos ameaçadas pela predação criminosa (PAIXÃO; BEATO, 1997).

No Brasil, apesar das tentativas de estabelecimento de um novo paradigma na atuação das polícias, em que se buscou tanto a proteção dos direitos dos cidadãos e de suas garantias fundamentais, quanto a instauração de processos de reestruturação visando a coibição de práticas abusivas, o que ainda se observa é a persistência de uma lógica repressiva, que associada às falências na contenção do crime e da violência, acabam acarretando impactos negativos na imagem destas instituições perante a sociedade (TOIGO; FELIX, 2007). Assim, não obstante as modificações ocorridas no paradigma de atuação das polícias, com o novo contexto democrático, ainda permanecem resquícios de práticas autoritárias características do modelo de atuação militarizado do governo anterior.³

Embora mecanismos de controle instaurados com a democratização representem um grande avanço em relação à situação vigente no regime anterior, quando não existiam

³ No caso brasileiro, ainda é preciso salientar que o desenvolvimento das organizações policiais teve forte influência do modelo francês, que se caracteriza por um modelo militarizado, sendo que apenas com as transformações políticas da década de 1980, procurou-se uma modificação deste paradigma, sendo possibilitado o início de uma reestruturação de valores e posturas (TOIGO; FELIX, 2007).

mecanismos democráticos da violência policial, ressalta-se que estes mecanismos estão sujeitos a graves limitações, o que acaba por prejudicar sua efetividade. Tais limitações estão relacionadas ao fato de que o funcionamento desses mecanismos de controle depende da eficiência do Executivo, Legislativo e Judiciário e dos partidos políticos, sendo que a fragmentação e a fragilidade dos partidos acabam dificultando o funcionamento desses mecanismos que, além disso, podem ser controlados por pessoas que não estão interessadas no controle da violência policial (NETO, 1997).

Para Pinheiro (1997) a distância entre o reconhecimento formal dos direitos humanos e a realidade pode ser considerada como a raiz do fracasso para democracias tardias como a do Brasil, consolidar o controle legítimo da violência, que se coloca como um grande marco de um governo democrático. Para o autor, a continuidade de práticas autoritárias, como a detenção arbitrária e a tortura, utilizadas pelas elites contra as não-elites a fim da manutenção da ordem social, ainda persistem, a despeito da volta ao constitucionalismo democrático. Assim, muitos atos oficiais de violência continuam a ser reproduzidos contra as camadas mais vulneráveis da sociedade, como forma de controle social.

Espaço público, contradições sociais e segurança pública

A manutenção de práticas repressivas pelos órgãos de segurança pública e a criminalização de determinados segmentos da sociedade, levam-nos à reflexão acerca das particularidades dos órgãos de segurança pública do país, assim como ao quadro mais amplo de contradições sociais vigentes e ao próprio processo de democratização instaurado.

De acordo com Villaveces-Izquierdo (2001) a polícia assim como toda instituição, deve ser compreendida como um espaço em que contradições sociais são continuamente reproduzidas, sendo a mesma marcada por paradoxos e autoritarismos peculiares a sua sociedade. Dessa maneira, as práticas policiais estariam associadas diretamente ao tipo de sociedade a qual pertence a organização policial. Em sociedades como a brasileira, marcadas por contradições de natureza extensa, seriam inerentes contradições e paradoxos em suas instituições, sendo que as explicações da manutenção da violência e das práticas policiais contraditórias aos direitos humanos demandariam uma análise histórica, a fim de uma melhor compreensão dessas causas (VILLAVECES-IZQUIERDO, 2001).

Da mesma forma, para Kant de Lima (2001) as contradições existentes na realidade sócio-cultural do país estão diretamente associadas às práticas policiais. O autor conceitua nosso modo de organização social como o de uma pirâmide, ou seja, um modelo

hierarquizado, do qual se origina um tratamento desigual aos indivíduos. Desse modo, apesar de uma garantia formal dos direitos humanos com o estabelecimento do Estado Democrático, pode ser colocado que um modelo piramidal, baseado na lógica de que os direitos não devem ser concedidos igualmente ainda se mantêm. Dessa maneira, a persistência de um modelo piramidal que é produto de um passado colonial e patriarcalista se coloca como a principal fonte e causa das práticas policiais e desses paradoxos existentes na sociedade brasileira:

A tradição de nossa polícia ficou presa entre duas vertentes complicadas, todas as duas voltadas para a manutenção do modelo da pirâmide [...]. A vertente militar (braço armado para combater o inimigo) e a vertente punitiva (investiga os criminosos para puni-los e não para não para controlá-los ou inclui-los na ordem, mas para segregá-los) [...]. E quando se trata do baixo-povo, nem a prisão é uma punição adequada, pois se representa esse segmento da população como não sendo portador de liberdade. Esta estratégia policial colabora assim, fortemente, para que a população não internalize as regras, como nos sistemas disciplinares, em que as regras são a favor dos cidadãos, mas sim internalize a hierarquia, porque o que importa não são as regras, mas a interpretação desigual para a sua aplicação, desigualmente aos desiguais [...] (KANT DE LIMA, 2001, p. 110).

Nesse sentido, passa a haver uma percepção dicotômica da sociedade, com uma nítida divisão entre cidadãos e bandidos. Nesta visão, que rejeita a noção universalista dos direitos, não existem limites para a ação, o que é demonstrado nas pesquisas que demonstram o apoio da população à tortura, à brutalidade e o extermínio. Assim, os direitos humanos são vistos como um obstáculo ao combate ao crime. Nesta lógica, a polícia passa a ver os direitos humanos como limite e não como objetivo de seu trabalho, sendo que os cidadãos apesar de terem consciência de que muitas vezes são vítimas do desrespeito às leis, apóiam por outro lado, o descumprimento das leis como forma de se defender contra seus inimigos internos (CANO, 2001).

Com essa visão dicotômica, passa a ser exigida simultaneamente, uma ação repressiva com rigor pela polícia aos infratores da lei, e também a proteção dos cidadãos plenos. Segundo Miguel (2007, p. 136) diante dessa visão, “os encarregados da aplicação da lei passam a adotar o caráter subjetivo de seleção dos cidadãos no espaço público e dessa forma, são merecedores de críticas em face de posturas ofensivas aos direitos dos cidadãos plenos, os quais querem, ao mesmo tempo, a proteção contra a ação de criminosos”.

Nessa lógica, que divide a sociedade em cidadãos de bem e os criminosos, é possível perceber a associação feita entre criminalidade e exclusão. Desse modo, passa haver a criação

de diversos estereótipos, sendo definido como desviante e/ou delinqüente, o pobre e o desempregado, o negro, o habitante de favela e do cortiço, o desempregado, entre outras categorias, já que deste segmento sai o maior contingente de criminosos e condenados, apesar de existir a consciência acerca do funcionamento do sistema e das agências de controle social, que comumente reproduzem a “lógica em uso do policial”, atribuindo a determinadas classes sociais a capacidade de gerar o crime (FELIX, 2002).

Segundo Misse (1995), as relações entre pobreza, miséria e pauperização com determinados tipos de criminalidade é antiga no imaginário social, sendo que a relação causal sempre se beneficiou da maleabilidade das categorias “pobreza e crime”, que adquirem matizes abrangentes e definições particulares. Tal associação vem do século passado, tornando-se uma explicação hegemônica com a gradativa substituição das explicações de patologia médica de Lombroso.

Dessa maneira, como coloca PAIXÃO & BEATO (1997) pode ser observado um dilema que ocorre no trabalho do policial em uma sociedade democrática, que consiste em como maximizar a implementação da lei entre indivíduos potencialmente recalcitrantes por meio de recursos profissionais, fazendo que a polícia seja um instrumento neutro de controle sem alvos preferenciais de ação, ou seja, sem a atribuição do crime às denominadas “classes perigosas”:

A pesquisa etnográfica descobriu a natureza complexa da *legalidade* como parâmetro de orientação, *accountability* e controle do trabalho policial de patrulha e combate ao crime. A "lógica-em-uso" do policial obedece a outro parâmetro: as regras e preceitos do trabalho policial, codificados no estoque de conhecimento da instituição e comunicados no ofício cotidiano e na sociabilidade dos quartéis e delegacias. Brutalidade, fraude e corrupção podem ser, no contexto apropriado, recursos de investigação ou de defesa da sociedade contra agressores notórios, mas maliciosos. Certamente, os graus de liberdade na mobilização de meios eficientes pelo policial variam em função da natureza do regime político. Violência e fraude serão usadas de forma mais desinibida pela polícia de governos autoritários - onde não vigoram as liberdades, direitos, autonomias institucionais e garantias constitucionais das democracias. Mas estas também experimentam, ainda que em menor escala, a natureza problemática do *controle* do trabalho policial (PAIXÃO; BEATO, 1997, p.4).

Apesar de o Estado ser o responsável pelo impedimento de práticas repressivas ilegais que sobreviveram após a transição democrática, o que se observa em democracias como a do Brasil, é que este tem se mostrado incapaz de punir as práticas criminosas de agentes públicos. Portanto, a instalação de um governo civil eleito democraticamente não

significa que suas instituições irão operar de maneira democrática. Tal continuidade sugere que os regimes autoritários do passado e os novos governos civis democraticamente eleitos são expressões diferenciadas de um mesmo sistema de dominação da mesma elite, uma vez que a democratização política não ataca as raízes das formas sociais de autoritarismo, ou “o autoritarismo socialmente implantado” (PINHEIRO, 1997).

Portanto, o problema do controle social pela autoridade pública - do ponto de vista da consolidação da democracia – deveria envolver simultaneamente, a contenção não apenas do arbítrio da “polícia de moleque” (domesticação violenta das rebeldias individuais e coletivas das classes pobres), mas também o particularismo da “polícia de gente” (dócil em relação aos privilégios de classe), uma vez que ambas conspiram contra a realização dos direitos civis que define o controle social democrático (COELHO, 1988 apud PAIXÃO; BEATO, 1997).

Teresa Caldeira (2001) irá caracterizar esses processos simultâneos de expansão e desrespeito aos direitos humanos que têm sido observados no Brasil, por “democracia disjuntiva”. A autora coloca que desde a transição para o regime democrático, estaria sendo desenvolvida uma democracia específica, em que os direitos sociais são razoavelmente legitimados, enquanto os civis são continuamente violados, tanto pela sociedade quanto pelos órgãos de segurança pública.

Apesar da suposta universalidade dos direitos humanos concebida em um plano teórico, o que ocorreria na prática seria uma interpretação política e cultural dos mesmos, ou seja, seu significado estaria diretamente atrelado à interpretação feita em um determinado contexto histórico. Particularmente, na década de 1980, foi observado um crescente ataque aos direitos humanos no Brasil, que passaram a ser denominados por “privilégios de bandidos”, quando associados aos presos não-políticos. Nessa campanha contrária à implantação dos direitos humanos e de ampla defesa de métodos punitivos e agressivos contra os criminosos, ficou nítida a existência no Brasil, da concepção de “corpo incircunscrito” que demonstra a falta de limites e a ampla tolerância no país no que tange à intervenção violenta no corpo do criminoso (CALDEIRA, 2001).

Caldeira (2001) também destaca outros aspectos que têm impactado diretamente na consolidação da democracia. Para a autora, o aumento do crime, ocorrido nas últimas décadas, tem sido empregado como justificativa pelos diferentes grupos sociais, particularmente as classes mais altas, para a utilização de novas estratégias de proteção, havendo a intensa construção de enclaves fortificados, assim como o crescimento da privatização da segurança, devido à descrença nas instituições da ordem (polícia e o sistema judiciário). Como consequência, o espaço público acaba sendo apropriado de forma privada, sendo estabelecidas

diferenças, segregações e a restrição de movimento de determinados grupos da sociedade, o que faz com que o espaço urbano se torne um espaço não-democrático. Esse tipo de organização do espaço público, que vem se intensificando, também pode ser colocado como uma contestação à democratização e à garantia dos direitos de cidadania.

Considerações Finais

Apesar dos avanços ocorridos no plano da consolidação formal dos direitos humanos com a instauração do regime democrático na década de 1980, é preciso ressaltar que ainda persistem muitos obstáculos para a consolidação do Estado Democrático de Direito. A continuidade de práticas arbitrárias e discriminatórias por agentes do estado demonstram que a cidadania ainda não foi alcançada para grande parte da população, uma vez que determinados segmentos sociais continuam sendo criminalizados, além de serem mantidas práticas violentas, autoritárias e abusivas contra estas categorias. Desse modo, apenas o estabelecimento de um regime democrático e a proteção formal dos direitos humanos não têm sido suficientes para conter o quadro de violência histórico que permeia a sociedade brasileira (DORNELLES, 2006).

Observamos, portanto, que os processos simultâneos de expansão e de desrespeito aos direitos humanos demonstram resquícios do conservadorismo e do autoritarismo que se mostram enraizados na sociedade brasileira e em suas instituições, os quais podem ser percebidos nos mecanismos de controle social utilizados pelos órgãos de segurança pública, assim como pela demanda crescente de políticas públicas repressivas e punitivas e a associação dos “direitos humanos como privilégios de bandidos” por determinados segmentos sociais. A utilização de mecanismos arbitrários de controle social demonstra a resposta que determinadas classes sociais dão a certos grupos que acreditam que de alguma forma colocam em risco a ordem, havendo claramente a utilização da “lógica em uso” que criminaliza geralmente os pobres, desempregados, negros entre outros grupos.

O poder do Estado, que decorre da sua capacidade de controlar as fontes de violência, não é ilimitado, mas pelo contrário, exige o estabelecimento de controles políticos, institucionais e coletivos, sendo necessário salientar que o aumento do poder do estado e a demanda por políticas mais repressivas e punitivas não farão com que os conflitos sociais existentes sejam minimizados (SOUZA, 2003). Assim, a manutenção do Estado Democrático de Direito exige repressão criminal, porém, o grande desafio é mantê-lo sem abuso de autoridade, devendo haver o respeito simultâneo aos direitos civis fundamentais dos cidadãos,

uma vez que a segurança humana está além das práticas ostensivas orientadas para a manutenção da ordem. (FÉLIX, 2007).

Nesse sentido, faz-se necessária a aplicação de políticas públicas que impeçam as violações de direitos humanos que ainda vem ocorrendo e que permitam a construção de um Estado de Direito tanto para as elites quanto para as não-elites. A realização dos direitos humanos se faz essencial para a consolidação do Estado Democrático e a efetivação dos direitos humanos, sendo que nesse processo, tanto o Estado e a sociedade possuem responsabilidades necessariamente compartilhadas (PINHEIRO, NETO, 1998). Para tanto, o antigo paradigma antagonista da Segurança Pública e dos Direitos Humanos precisa ser substituído por um novo, no qual deve ser salientada a importância do policial como agente de transformação e o seu papel fundamental na promoção dos direitos humanos (BALESTRERI, 1998).

Referências

BALESTRERI, R. B. *Direitos humanos: coisa de polícia*. 3. ed. Porto Alegre: CAPEC-Berthier, 1998. Disponível em : < http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/coringa/DH_coisa_de_policia.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2009.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CALDEIRA, T. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

CANO, I. Nós e eles: direitos humanos, a polícia e a visão dicotômica da sociedade. IN: NOVAES, R. (Org.) *Direitos humanos: temas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.p. 117-122.

DORNELLES, J. R. W. O desafio da violência, a questão democrática e os direitos humanos no Brasil. *Direito, Estado e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.9, n.29,p. 213-221, jul/dez, 2006.

FELIX, S. A. *A Geografia do Crime: interdisciplinaridade e relevâncias*. Marília: UNESP, 2002.

FELIX, S. A. Crime, Espaço e Políticas Públicas: reflexão e ação interinstitucional. IN: FELIX, S. A. (Org.). *Violência e Segurança: entre as percepções, um convite ao debate*. Marília: GUTO, 2007. p. 13-22.

LIMA, R. K. Espaço público, sistemas de controle social e práticas policiais: o caso brasileiro em uma perspectiva comparada. IN: NOVAES, R. (Org.) *Direitos humanos: temas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p. 94-111.

LINZ J. J; STEPAN, A. *A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MIGUEL, M. A. A. Direitos humanos como limite no contexto de segurança pública. IN: FELIX, S. A. (Org.). *Violência e Segurança: entre as percepções, um convite ao debate*. Marília: GUTO, 2007. p. 135- 142.

MISSE, M. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. In: VILLAS BOAS, G.; GONÇALVES, M.A. (Orgs.). *O Brasil na virada do século*. Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará, 1995.

PAIXÃO, A. L; BEATO, F., C.C. Crimes, vítimas e policiais. *Tempo Social*. vol. 9, n. 1, p. 233-248, maio 1997.

PIOVESAN, F. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 1997.

PINHEIRO, P. S. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. *Tempo Social*. São Paulo, p.43-52, mai.,1997 Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down153.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2009.

PINHEIRO, P. S; NETO, P. M.. Direitos humanos no Brasil: perspectivas no final do século. *Textos do Brasil.*, Brasília, ano II, n. 6,p. 43-53, maio-ago 1998.

SANTOS, P. L. Violência e possibilidades de participação do cidadão na gestão comunitária de segurança. IN: FELIX, S. A. (Org.). *Violência e Segurança: entre as percepções, um convite ao debate*. Marília: GUTO, 2007. p. 115-124.

SOUZA, L. A. F. Anotações sobre o crime, violência e direitos humanos. *Revista de Psicologia da UNESP*. v. 2., n. 1,p. 1-19, 2003

VILLAVECES-IZQUIERDO, S. A polícia: direitos humanos em um espaço de contradições sociais. IN: NOVAES, R. (Org.) *Direitos humanos: temas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p. 112- 116.

TOIGO, M. D.; FELIX, S. A. Percepções da população sobre a Polícia Militar em Marília-SP. IN: FELIX, S. A. (Org.). *Violência e Segurança: entre as percepções, um convite ao debate*. Marília: GUTO, 2007.p. 151-164.